

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS- UFGD

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
ECONOMIA - FACE

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CARLOS EDUARDO OTTO DA SILVA

**ESTUDO DOS REFLEXOS PROVOCADOS PELA CONVERGÊNCIA
CONTÁBIL NA ESTRUTURA DE CAPITAL NO SEGMENTO DE
SERVIÇOS FINANCEIROS DIVERSOS**

DOURADOS/MS

2011

CARLOS EDUARDO OTTO DA SILVA

**ESTUDO DOS REFLEXOS PROVOCADOS PELA CONVERGÊNCIA
CONTÁBIL NA ESTRUTURA DE CAPITAL NO SEGMENTO DE
SERVIÇOS FINANCEIROS DIVERSOS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal da Grande Dourados-
UFGD, como requisito parcial para a obtenção
do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof^a Me. Maria Aparecida Farias
de Souza Nogueira

Dourados/MS

2011

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todo aquele que esteve e agregou durante a minha caminhada neste trabalho, durante a graduação.

Dedico este trabalho também para aqueles que desacreditaram no meu potencial, pois este trabalho demonstra totalmente o contrário.

Dedico este trabalho à Salete Otto da Silva, minha mãe, que de forma árdua, sempre esteve comigo em todos os momentos da minha vida e foi a principal incentivadora nos meus estudos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ter me oportunizado adentrar à universidade, sempre me colocando pessoas, situações para meu engrandecimento pessoal e acadêmico, assim, me dando força e esperança em seguir e concluir mais esta etapa da minha vida.

Além de dedicar, quero também agradecer a minha mãe que com toda a paciência, sabedoria, amor, compreensão, carinho, dedicação soube me incentivar nos momentos difíceis durante esta trajetória e a meu pai (*in memorian*), que aonde Deus quer que ele esteja, sempre estará olhando por mim.

A minha orientadora Prof^ª Me. Maria Aparecida Nogueira de Farias que com muita paciência soube me conduzir durante este trabalho e me oportunizou este momento.

Aos professores do Curso de Ciências Contábeis da UFGD, que com sabedoria e empenho, souberam transmitir os conhecimentos e a me instruir em busca de mais conhecimento para o meu engrandecimento como profissional.

A todos os meus familiares que sempre sonharam e me motivavam para a conclusão do curso e amigos de classe e extraclasse que incentivaram e acreditaram em mim, mesmo que com uma piada e outra, um desespero e outro, durante a realização de um trabalho ou prova, a nossa felicidade e descontração durante a realização das nossas confraternizações fazendo com que estreitássemos os nossos laços, esses que sempre torceram por meu êxito.

Agradeço também pelo apoio do CNPq pelo financiamento da pesquisa.

RESUMO

Com a globalização da economia, faz-se necessário que a linguagem contábil se estruture. Em paralelo a isso, com a intenção de colocar nosso país nessa padronização contábil, foi criada a Lei nº 11.638/07 e a MP nº 449/08 e depois convertida na Lei nº 11.941/09 que trouxeram mudanças na estrutura das demonstrações financeiras das empresas. Esta nova medida legal, permitiu ao Brasil se adequar às Normas Internacionais de Contabilidade. Com essa internacionalização e alterações, fica a evidente dúvida de analisar se essa nova forma de demonstrar a contabilidade alterou também a maneira de se visualizar as fontes de financiamento das empresas, a chamada estrutura de capital. Assim, procurou-se analisar se as alterações pela adoção das Normas Internacionais de Contabilidade influenciaram a estrutura de capital das empresas. Este estudo foi realizado por meio de análise de dados e teve como foco as empresas do Novo Mercado do segmento de Serviços Financeiros Diversos listadas na BM&FBovespa. Notou-se que a estrutura de capital das referidas empresas não sofreram alterações em sua composição, mas os valores do Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido do Balanço Patrimonial tiveram aumento.

Palavras-Chave: Normas Internacionais de Contabilidade. BM&FBovespa. Estrutura de Capital. Lei nº 11638/07. Lei nº 11.941/09.

ABSTRACT

With the globalization of the economy, it is necessary that the accounting language get its structure. Alongside to this, under the intention of putting our country in this accounting standards, was created the Law 11.638/07 and the Provisory Law No. 449/08 which later was converted into the Law n.11.941/09 which brought changes in the structure of companies' financial statements. This new legal institution allowed Brazil to apply suit onto International Accounting Standards. With this internationalization and changes, the obvious question is to study whether this new way of looking statements also changed the way we see the sources of financing for companies, the so-called capital structure. Thus, we sought to examine whether the changes under the adoption of the International Accounting Standards, can influence the capital structure of companies. This study was carried through the analysis of financial data focused on companies in the "Novo Mercado" segment of the Financial Services Several listed on BM & F Bovespa. It was noted that the capital structure of listed companies have not changed in its composition, but the values of the Non-Current Liabilities and Equity Balance Sheet increasing.

Key Words: International Accounting Standards. BM&FBovespa. Capital Structure. Law N°. 11638/07. Law N° 11.941/09

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução da Conta Passivo Não Circulante.....	31
Figura 2 – Análise Horizontal do Passivo Não Circulante.....	32
Figura 3 – Análise Vertical do Passivo Não Circulante.....	33
Figura 4 – Evolução da subconta Financiamento Longo Prazo.....	33
Figura 5 – Evolução da conta Patrimônio Líquido.....	34
Figura 6 – Análise Horizontal do Patrimônio Líquido.....	35
Figura 7 – Análise Vertical do Patrimônio Líquido.....	35
Figura 8 – Evolução da Conta Passivo Não Circulante.....	36
Figura 9 – Análise Horizontal do Passivo Não Circulante.....	37
Figura 10 – Análise Vertical do Passivo Não Circulante.....	37
Figura 11 – Evolução da Conta Patrimônio Líquido.....	38
Figura 12 – Análise Horizontal da conta Patrimônio Líquido.....	38
Figura 13 – Análise Vertical da conta Patrimônio Líquido.....	39
Figura 14 – Evolução da subconta Reserva de Capital.....	39
Figura 15 - Análise Horizontal da subconta Reserva de Capital.....	40
Figura 16 – Análise Vertical da subconta Reserva de Capital.....	40
Figura 17 – Evolução da conta Passivo Não Circulante.....	41
Figura 18 – Análise Horizontal da conta Passivo Não Circulante.....	41
Figura 19 – Análise Vertical da conta Passivo Não Circulante.....	42
Figura 20 – Evolução da conta Patrimônio Líquido.....	42
Figura 21 – Evolução da conta Passivo Não Circulante.....	43
Figura 22 – Evolução da conta Patrimônio Líquido.....	44
Figura 23 – Análise Horizontal da conta Patrimônio Líquido.....	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

FASB - Financial Accounting Standards Board

GAAP's - Generally Accepted Accounting Principles

IAS - International Accounting Standards

IASB - International Accounting Standards Board

IASC - International Accounting Standards Committee

IFRS - International Financial Reporting Standards

NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade

NIC - Normas Internacionais de Contabilidade

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA.....	10
1.2 OBJETIVOS	11
1.2.1 OBJETIVO GERAL.....	11
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
1.3 JUSTIFICATIVA.....	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
2.1 NORMAS DE CONTABILIDADE.....	13
2.1.1 NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE	13
2.1.1.1.ALTERAÇÕES NA LEI Nº 6.404/76 TRAZIDAS PELA LEI Nº 11.638/07 E LEI Nº 11.941/09.....	13
2.1.1.2 CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE.....	15
2.1.1.3 COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS.....	15
2.1.1.4 COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS.....	16
2.1.2 NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE.....	16
2.1.3 CONVERGÊNCIAS CONTÁBEIS - HARMONIZAÇÃO OU PADRONIZAÇÃO DAS NORMAS?.....	19
2.2 ESTRUTURA DE CAPITAL.....	22
2.2.1 CONCEITO.....	22
2.2.2 TEORIA TRADICIONAL.....	24
2.2.3 TEORIA CONVENCIONAL.....	26
3 METODOLOGIA	28
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	29
4.1 BM&FBOVESPA S.A.....	31
4.2 CETIP S.A.....	34
4.3 CIELO S.A.....	39
4.4 REDECARD S.A.....	41
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	45

1. INTRODUÇÃO

A globalização da economia nas últimas décadas nos faz compreender que o mercado financeiro também necessita ter uma linguagem única; para tanto, a contabilidade tem acompanhado a globalização desse processo (HUPPES; et al, 2007).

As Normas Brasileiras de Contabilidade sofreram algumas alterações com a promulgação da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, que introduzem em nosso país as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC). Assim, se observa a necessidade de compreender e trabalhar a estrutura de capital das empresas, que é o capital de terceiros juntamente com o capital próprio. Surge, então, um questionamento: a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade influenciou na forma de se ver a estrutura de capital das empresas?

Com base nesta problemática, surge a necessidade de se analisar se há ou não essa influência, ao se analisar os demonstrativos de resultados, buscando alterações nas contas patrimoniais, identificando a estrutura de capital das empresas, por meio de uma pesquisa descritiva e exploratória, por meio de abordagens quali-quantitativas.

Foi abordado a Lei nº 6.404/76 e as suas alterações, cito as Leis nº 11.638/07 e 11.941/09. Também foi explanado sobre organismos brasileiros e internacionais que trabalham para harmonização e padronização das normas contábeis, além da abordagem sobre estrutura de capital e uma análise nos demonstrativos de resultados das empresas do Novo Mercado no segmento de Serviços Financeiros Diversos listados na BM&FBovespa. O resultado desta pesquisa foi visualizar se as leis trouxeram benefícios para as empresas, com a transparência das demonstrações financeiras, se não houve alterações significantes na estrutura de capital destas.

1.1. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

A convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade para as Normas Internacionais de Contabilidade influenciaram a estrutura de capital das empresas do Novo Mercado no segmento de Serviços Financeiros Diversos listados na BM&FBovespa?

Foram analisadas as empresas do segmento Serviços Financeiros Diversos: BM&FBOVESPA, Cetip S.A, Cielo S.A e Redecard S.A, todas listados na BM&FBovespa,

no período que compreende de 2006 a 2010, período em que a contabilidade brasileira fez a convergência de seus padrões. Utilizaram-se os dados fornecidos pela Economática e Notas Explicativas.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo Geral

O objetivo do estudo é identificar as alterações provocadas pelas NIC que influenciaram a estrutura de capital das empresas do Novo Mercado do segmento de Serviços Financeiros Diversos listados na BM&FBovespa no período de 2006 a 2010.

1.2.2. Objetivos Específicos

- Identificar as alterações no Passivo e PL;
- Identificar a estrutura de capital das empresas;
- Confrontar o antes e o depois da alteração das normas em relação à estrutura de capital.

1.3. JUSTIFICATIVA

Com a necessidade de se harmonizar a contabilidade no âmbito global, com a intenção que as informações contábeis sejam as mesmas em qualquer lugar do mundo, foi criada no Brasil a Lei nº 11.638/07 e, logo após, promulgada a MP nº 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11941/09 com a finalidade de adequar a contabilidade brasileira com a contabilidade mundial, facilitando a compreensão dos investidores internacionais e empresas multinacionais que se instalaram ou pretendem se instalar em nosso país. Este trabalho tem como finalidade

ser uma ferramenta de norteamiento na visualização se estas leis influenciaram o Capital de Terceiros e Capital Próprio, ou seja, na sua estrutura de capital das empresas listadas na Bolsa de Valores.

Este estudo se justifica como um estímulo ao meio acadêmico ao destacar a importância de se estudar as alterações trazidas pelas Normas Internacionais de Contabilidade ao nosso mercado, ao nosso sistema financeiro, fazendo com que, consequentemente, contribua na maneira de se pensar a contabilidade.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo serão abordados os temas de Normas Brasileiras de Contabilidade, Normas Internacionais de Contabilidade, Convergência as Normas Internacionais de Contabilidade, Estrutura de Capital, Teoria Tradicional e Teoria Convencional.

2.1 NORMAS DE CONTABILIDADE

Neste item serão abordadas as Normas Brasileiras e as normas Internacionais de Contabilidade, iniciando-se pela primeira.

2.1.1 Normas Brasileiras de Contabilidade

O enfoque destas normas se dará sobre as alterações legais e alguns órgãos responsáveis pela edição de normas da contabilidade brasileira.

2.1.1.1. Alterações na Lei nº 6.404/76 trazidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09

Em 1976 foi criada a Lei nº 6.404/76 com a finalidade de adequar e padronizar a maneira de estruturar o balanço patrimonial das empresas. Por meio desta Lei, começa a se estabelecer uma maneira única de se demonstrar os resultados obtidos em um exercício.

No Artigo 176 da Lei nº 6.404/76 traz as demonstrações financeiras que se tornaram obrigatórias no país, a saber: Balanço Patrimonial, Demonstrações dos Lucros e Prejuízos Acumulados, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos.

O Art. 177 diz:

A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência.

Vê-se que a referida lei trabalha paralelamente com normas e princípios divulgados por outras instituições para melhor atender as necessidades e expectativas das empresas e órgãos que utilizam estes relatórios.

O artigo nº 1.053 do Novo Código Civil, em seu parágrafo único diz: “O contrato social poderá prever a regência supletiva da sociedade limitada pelas normas da sociedade anônima”. Assim, nota-se que a Lei nº 6.404/76 poderá ser aplicada para os demais tipos de sociedade.

Até 2007, assim era o demonstrativo da estrutura das empresas, conforme a Lei nº 6.404/76:

ATIVO	PASSIVO
CIRCULANTE	CIRCULANTE
Disponibilidades Duplicatas a Receber (Clientes) Aplicações Financeiras Estoques Outros valores a realizar Despesas do exercício seguinte	Duplicatas a Pagar (Fornecedores) Salários/ Encargos a pagar Impostos a Recolher Empréstimos Provisão para Imposto de Renda
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
Valores a Receber	Empréstimos
PERMANENTE	RESULTADO DE EXERC. FUTUROS
Investimentos Ações de empresas	Receitas (-) Despesas
Imobilizado Terrenos, Prédios, Máquinas, Móveis, Veículos, etc.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Diferido Despesas ativadas	Capital Social Reservas de Capital Reservas de Reavaliação Reservas de Lucros Lucros (Prejuízos) Acumulados

Quadro 1: Demonstrativo da estrutura das empresas, conforme a Lei nº 6.404/76

Fonte: Padoveze (2010, p. 56).

No ano de 2000, foi criado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), um anteprojeto com intuito de reformular a Lei nº 6.404/76, trazendo modernidade e harmonização da referida lei com princípios e práticas contábeis internacionais, inserindo o país no contexto econômico mundial (KPMG, 2008).

Em 28 de dezembro de 2007, foi sancionada a Lei nº 11.638/07, após muitos estudos e debates entre o meio acadêmico, instituições públicas e privadas. E a partir destes momentos de discussão e análise dos novos procedimentos e adequações a serem adotadas, viu-se a necessidade de ser criada e sancionada esta lei (KPMG, 2008) (CARDOSO, et al, 2008).

Com a promulgação da Lei nº 11.638/07, as demonstrações contábeis que passaram a ser obrigatórias para a contabilidade societária são: o Balanço Patrimonial, a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, a Demonstração do Resultado do Exercício e a Demonstração dos Fluxos de Caixa. Serão complementados pelas notas explicativas, quadros suplementares e outras informações adicionais relevantes aos usuários referentes aos itens relacionados no Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultado (AUGUSTO, 2009).

A reformulação pela Lei nº 11.638/07 destes demonstrativos financeiro e patrimonial é trazer aos usuários internos e externos uma transparência e clareza na interpretação destes demonstrativos, auxiliando assim, a avaliação e a tomada de decisão. Agregando a isso, algumas características como: Compreensibilidade, Relevância, Confiabilidade e Comparabilidade (AUGUSTO, 2009).

2.1.1.2. Conselho Federal de Contabilidade (CFC)

É o órgão que tem como finalidades principais a de normatizar, orientar e fiscalizar a profissão contábil, também é a entidade máxima da classe neste país. Tem por uma das suas funções, a de regular os princípios contábeis, o cadastro de qualificação técnica e programas de educação continuada, e ainda, editar as Normas Brasileiras de Contabilidade (CFC, 2011).

Criado por meio do Decreto – Lei nº 9.295 de 27 de maio de 1946, o CFC é um órgão classificado juridicamente como Autarquia Especial Corporativa, com personalidade jurídica de direito público. Tem sua organização, estrutura e funcionalidade regidas pelo Decreto – Lei 9.295/46 e Resolução CFC nº 960/03 que trata a respeito do Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade (CFC, 2011)

Ressaltando a necessidade de se criar novas leis de amparo à implantação das IFRS pelas empresas brasileiras de capital aberto e novas entidades para regular estas implantações, o CFC deliberou por meio da Resolução nº 1.055/05 a criação do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ANTUNES; ANTUNES; PENTEADO; 2007)

2.1.1.3. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

Criado no dia sete do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, o CPC surgiu da eminente necessidade, visto pela área acadêmica, Governo e Iniciativa Privada, tendo assim,

de ser um órgão a trazer as melhorias constantes e modernidade às normas e conceitos contábil brasileiro (CPC, 2011)

No Brasil, há alguns órgãos que regulam, vistoriam e formulam esses *GAAP - Generally Accepted Accounting Principles* (Princípios Contábeis Geralmente Aceitos), como o CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis que foi criado por meio da aclamação de diversos órgãos diretamente ligados a economia brasileira com o principal objetivo de emitir os pronunciamentos contábeis para a convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais. (BEUREN; SOTHE, 2009, p. 105)

Em 2007, foi constituído no Brasil o CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que emite seus pronunciamentos com base aos pronunciamentos emitidos pelo *IASB – International Accounting Standards Boards* (Junta de Normas Internacionais de Contabilidade) e seus pronunciamentos conhecidos como *IFRS – International Financial Reporting Standards* (Normas Internacionais de Contabilidade) (HUPPES, 2007).

2.1.1.4. Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

É uma Autarquia ligada ao Ministério da Fazenda do Governo Federal, e criada por meio da Lei nº 6.385 de 07 de dezembro de 1976. Tem por objetivo regulamentar, desenvolver, controlar e fiscalizar o mercado de valores mobiliários no Brasil. (BCB, 2011)

Tem como função no mercado de valores: de assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados de bolsa e de balcão; proteger os titulares de valores mobiliários; evitar ou coibir modalidades de fraude ou manipulação no mercado; assegurar o acesso do público a informações sobre valores mobiliários negociados e sobre as companhias que os tenham emitido; assegurar a observância de práticas comerciais equitativas no mercado de valores mobiliários; estimular a formação de poupança e sua aplicação em valores mobiliários; promover a expansão e o funcionamento eficiente e regular do mercado de ações e estimular as aplicações permanentes em ações do capital social das companhias abertas. (CVM, 2011)

2.1.2 Normas Internacionais de Contabilidade

Com a atual temática do mercado financeiro global, se torna primordial que este segmento fale a mesma língua em todos os lugares do mundo. Para tanto, uma dessas ferramentas de linguagem é a contabilidade. Ela vem sendo a mais utilizada no mundo dos negócios, pois é através dela que pode-se analisar os números expressos nos demonstrativos de resultado das empresas, fazendo assim, valer da comparabilidade para tanto (HUPPES, et al, 2007).

Já para Niyama (2007) demonstra que a contabilidade se tornou a linguagem dos negócios, pois é através dela que os agentes econômicos e tomadores de decisões colhem as informações necessárias para analisar a respeito do desempenho das empresas e análise dos riscos antes de fazer os investimentos pretendidos.

Oliveira, et al (2008, p.02) faz a seguinte afirmação em relação ao novo panorama contábil mundial “a contabilidade é a linguagem universal dos negócios. Portanto, é urgente que passem a existir critérios contábeis aceitos em toda parte do mundo.” Baseados neste pensamento, faz-se pensar que para o crescimento econômico de todos os países, a uniformização dos padrões contábeis se torna necessária em regime de urgência e em prol da economia global.

Com o desenvolvimento da economia globalizada, formaram-se conglomerados econômicos locais/regionais no intuito de somarem forças para a expansão econômica, e assim, aumentarem a competitividade ao redor do mundo. Mas, tem-se o entendimento que cada país tem autonomia para regulamentar a sua contabilidade como melhor lhe convier, para que esta seja compreensível e aceitável a todos os que usufruem desta ferramenta em seu dia-a-dia, para o bom andamento e das boas práticas contábeis locais (ROSA 1999, p. 19 apud SOUZA; FILHO, 2007).

Para Leite (2002, p.53), uma das maneiras de se visualizar a crescente economia é assim descrita:

Com o processo de globalização dos mercados, o crescimento do mercado de capitais dá-se de forma acelerada, o que influencia a internacionalização da contabilidade por meio da necessidade de os investidores internacionais, os analistas de patrimônio líquido, os banqueiros, e outros usuários das informações contábeis entenderem e analisarem melhor as demonstrações contábeis de companhias espalhadas pelo mundo.

O autor ainda expõe que outro fator preponderante para o aumento da necessidade de se internacionalizar a contabilidade se dá pelo aumentado de forma extraordinária o volume

de compra de empresas de países distintos e pelo elevado número de fusões de grandes corporações, visando sempre, a expansão de suas atividades comerciais.

Para Oliveira, et al (2008, p. 01) existem diversas dificuldades encontradas pela contabilidade em evoluir juntamente com o mundo dos negócios, pois este universo sempre dá saltos gigantescos no que diz respeito a mutação das metodologias de gerenciamento de recursos financeiros em todos os mercados.

Carvalho e Leme (2002, p.43) Apud Antunes; Antunes e Penteado (2007) assim retrata a sua visão sobre a dificuldade da contabilidade em ser uma linguagem universal

A dificuldade que a Contabilidade tem em definir uma linguagem única de comunicação em nível mundial acaba sendo um empecilho inicial às empresas que, por vezes, sentem-se desestimuladas a recorrer a outros mercados, quando se deparam com as dificuldades em apresentar suas demonstrações financeiras sob outras normas.

Com a globalização da economia, foi criado em 1973 o IASC (*International Accounting Standards Committee*) traduzido como Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade, órgão com finalidade de emitir normas e regular internacionalmente a contabilidade. Esta entidade foi responsável por esta tarefa até o fim de 1990, quando se extingue e no seu lugar, mas com o mesmo papel, entra o IASB (*International Accounting Standards Board*) traduzido como Junta de Normas Internacionais de Contabilidade (ANTUNES; ANTUNES; PENTEADO, 2007).

Desde então, o IASB vem regulando e emitindo normas e regras contábeis conhecidas como IFRS (*International Financial Reporting Standards*) traduzido como Normas Internacionais de Contabilidade e perpetuou-se as normativas emitidas pelo IASC, as chamadas IAS (*International Accounting Standards*) traduzidas como Normas Internacionais de Contabilidade.

Outros órgãos como a IFAC (*International Federation of Accountants*) traduzido como Federação Internacional dos Contadores, a IOSCO (*International Organization of Securities Commission*) traduzido como Organização Internacional de Comissão de Valores Mobiliários e as Nações Unidas, entre outros, vêm trabalhando em prol da melhoria da contabilidade internacional (NETO; DIAS; PINHEIRO, 2009).

Com essa necessidade de se atender o mercado global e as expectativas internacionais, desde 2001, foram feito estudos, no Brasil, para o processo de convergência às Normas

Internacionais de Contabilidade, mas as maiores e mais notáveis mudanças começam a ser percebidas a partir de 2007, com a alteração na Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 11.638/07 e em seguida pela Lei nº 11.941/09, que trata dos ajustes (HUPPES, et al, 2007).

A partir de 2007, com a sanção da Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941, assim terá que ser apresentado o demonstrativo da estrutura das empresas:

ATIVO	PASSIVO
CIRCULANTE	CIRCULANTE
Disponibilidades	Contas a Pagar (Fornecedores)
Contas a Receber (Clientes)	Salários/ Encargos a pagar
Aplicações Financeiras	Impostos a Recolher
Estoques	Empréstimos e Financiamentos
Outros valores a realizar	Dividendos a pagar
Despesas do exercício seguinte	NÃO CIRCULANTE
NÃO CIRCULANTE	Exigível a Longo Prazo
Realizável a Longo Prazo	Empréstimos e Financiamentos
Contas a Receber (Clientes)	Impostos Parcelados
Impostos Diferidos	Provisões para Passivos Eventuais
Investimentos	Receitas Diferidas
Ações de Empresas	Receitas (-) Despesas
Ativo Imobilizado	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Terrenos, Prédios, Máquinas,	Capital Social
Móveis, Veículos, etc.	Reservas de Capital
Intangível	Ajustes de Avaliação Patrimonial
Marcas e Patentes, Direitos Autorais	Reservas de Lucros
Fundo de Comércio Adquirido	Lucros (Prejuízos) Acumulados

Quadro 2: demonstrativo da estrutura das empresas partir de 2007, com a sanção da Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941/09.

Fonte: Padoveze (2010, p. 58).

2.1.3 Convergências Contábeis – Harmonização ou Padronização das Normas?

Com o crescimento da economia mundial a partir dos anos 60, viu-se na contabilidade uma grande ferramenta no que diz respeito à informações de credibilidade e veracidade para dar o suporte necessário na tomada de decisões das partes interessadas. Surge uma expectativa global da internacionalização da contabilidade para se atender todos os mercados com o intuito de incentivar o aumento dos investimentos estrangeiros em suas fronteiras (ANTUNES; ANTUNES; PENTEADO, 2007).

Segundo Neto, Dias e Pinheiro (2009) a contínua alteração do cenário econômico global, faz com que a contabilidade rompa paradigmas constantemente. Já Antunes; Antunes e Penteado (2007) explana que a contabilidade, por meio das Normas Internacionais de Contabilidade, deve se tornar uma ferramenta fundamental para atração de vantagens econômicas pelos maiores volumes de investimentos realizados.

Para Leite (2002) a idéia de economia nacional não denota ser vantajoso para a maneira na qual se caminha o mundo. Assim deixa a visão que internacionalizar as normas e procedimentos contábeis para atender as necessidades globais se mostra vitais para a perpetuação de grandes empresas e economias.

Conforme ainda o autor citado, investidores se sentem atraídos quando vêem que os países nos quais têm pretensões de investimentos, aderiram às Normas Internacionais de Contabilidade pelo fato de terem qualidades mais elevadas, transparência e comparabilidade, desta maneira, diminuindo o risco de investir e o custo de capital (LEITE, 2002)

O fato de cada país poder regulamentar sua forma de escrituração contábil, de acordo com os aspectos jurídicos, político, social, econômico e cultural traz, evidentemente, maneiras diferentes de enxergar a contabilidade ao redor do globo, e estas diferenças contábeis entre países podem afetar economicamente um país devido à política de expansão das grandes empresas mundiais. Cada país tem seus próprios critérios de reconhecer e mensurar os números disponíveis das transações que ocorrem dentro de sua soberania (HUPPES; et al, 2007).

A circunstância de cada país criar as suas normas, princípios e práticas contábeis faz gerar uma sensação de incerteza e traz a seguinte questão: As Normas Contábeis Internacionais devem ser padronizadas ou harmonizadas? Weffort (2005) Apud HUPPES et al (2007, p. 03) trata a situação com a seguinte colocação: “a padronização pretende tornar obrigatória adoção de padrões contábeis iguais a todos os países, bem como para todas as empresas em cada país”. Já no que se refere sobre a harmonização diz: “busca a acomodação das diferenças locais, reconhecendo que a abordagem *one size fits all* (uma medida para todos) pode não ser a mais adequada” (HUPPES et al, 2007, p. 03).

Já Amenabar (2001, p. 07) quando faz a correlação entre harmonização e padronização, assim os trata:

“Harmonização significa que diferentes padrões podem existir em diferentes países, desde que estejam em harmonia com a norma internacional” e “Padronização, significa que deve existir um único padrão ou regra aplicável a todas as situações. Utopia.”

Ainda levando em consideração a autora acima, a mesma demonstra tamanha dificuldade de se tratar a questão em diferenciar se haverá a padronização ou harmonização, pois ambas necessitam de mudanças bruscas na legislação dos países de aplicação. No que diz respeito à adoção de uma dessas características, nota-se que a harmonização é um procedimento mais viável e palpável do que a padronização, tratada por ela como “Utopia”.

Chegar a um denominador comum é o objeto de finalização desta diversidade (HUPPES et al, 2007). Para Bueno e Lopes (2005 apud Hupples et al, 2007, p. 03) “a harmonização contábil é aquele processo que procura diminuir a variedade de práticas contábeis existentes no registro de eventos por parte, principalmente de empresas” e já para Niyama (2005 apud Hupples, et al, 2007, p. 03) “a busca de critérios coerentes é o processo de harmonização contábil internacional, visando proporcionar uma compreensão dessa linguagem e a sua comparabilidade”.

Para Choi, Frost e Meek (2001) apud Lemes e Carvalho (2009, p.32) o seu entendimento é de que:

a harmonização é um processo de aumento da comparabilidade de práticas contábeis pela imposição de limites sobre o quanto eles podem variar. Os autores completam: normas harmonizadas são livres de conflitos lógicos e poderão melhorar a comparabilidade da informação financeira de diferentes países.

Porém, disso tudo, pode – se crer em um só aspecto: ambas levam um bom tempo hábil para serem aplicadas e demandam de muito esforço político, discussões públicas e especializadas, consenso entre entidades para que essas adequações se concretizem e consolidem.

Sendo assim, entende-se que a padronização busca a uniformização das normas contábeis e a harmonização é compreendida como processo de aproximação. Desta maneira, a harmonização da contabilidade se torna um procedimento de alívio das diversidades de realidades com o intuito de uma linguagem universal, sem desrespeitar os diversos fatores que envolvem um país (HUPPES, et al, 2007).

Para o bom desencadeamento deste procedimento de internacionalização das normas contábeis, tanto a adoção de forma espontânea quanto da forma obrigatória, tem muitos pensadores e estudiosos da classe contábil mundial que denotam que a exposição das demonstrações financeiras conforme os padrões internacionais trariam inúmeros benefícios. (HUPPES, et al, 2007).

Deixa-se claro que a contabilidade tem uma finalidade específica. É uma série de fatos e acontecimentos que retratam o histórico local das empresas onde estão instaladas. Weffort (2005) nos dá uma série de fatores que nos fazem refletir sobre como fatores geográficos e históricos, culturais, jurídicos, econômico, educacionais e políticos que influenciam diretamente na maneira de se fazer a contabilidade no mundo. O autor demonstra convicção de que essas alterações não ocorrerão de maneira tão acelerada e rápida devido a esses aspectos citados e deixa a reflexão sobre a harmonização da contabilidade que trabalha conforme as necessidades e requisitos da convergência, pois ela atua independente das variáveis mencionadas por Weffort (2005).

2.2 ESTRUTURA DE CAPITAL

Neste trecho será abordado sobre estrutura de capital, as teorias tradicionais e convencionais, sendo estas, as mais estudadas e referendadas no meio acadêmico.

2.2.1 Conceito

Segundo Fregonesi, et al (2008, p. 03), estrutura de capital é assim definida:

A estrutura de capital de uma empresa refere-se à composição de suas fontes de financiamento, oriundas de capital de terceiros (Passivo Exigível) e de capital próprio (Patrimônio Líquido). A tomada de decisão em relação à melhor estrutura de capital de uma empresa pode alterar significativamente o risco financeiro desta, levando os gestores a viverem o conflito da necessidade de captação com o mínimo de comprometimento do giro da empresa, tornando desta forma, o financiamento de longo prazo a melhor alternativa, já que não compromete o passivo circulante da empresa.

Vê-se no trecho a preocupação dos administradores em buscar fontes de financiamento em longo prazo, dentro da capacidade de pagamento da empresa e a um baixo custo, sendo estas fontes, terceiros ou a própria empresa, através das suas reservas ou até mesmo através de seus sócios.

Para Soares e Funchal (2008), o tema estrutura de capital tem se demonstrado um assunto pertinente para discussões mesmo se passado muito tempo após o início dos estudos, por isso, ainda permanece com uma abordagem bem atual. A definição do tema pelos autores é que a estrutura de capital é composta de capital de terceiros e capital próprio, estas sendo fonte de captação de recursos das instituições.

A visão de Brito et al, (2007, p. 10) tem um enfoque muito pertinente para reflexão:

[...] Estrutura de capital refere-se à forma como as empresas utilizam capital próprio e capital de terceiros para financiar os seus ativos. Em linhas gerais, os capitais próprios são os recursos fornecidos pelos sócios ou acionistas, enquanto os capitais de terceiros envolvem os recursos obtidos por meio de dívidas.

O autor demonstra de forma clara e objetiva a finalidade da estrutura de capital dentro de uma empresa. Preocupar-se com a estrutura de capital é pensar nas fontes que levarão à frente esta organização, proporcionando crescimento desta no mercado, sendo através de financiamento das mercadorias para o aumento no volume de vendas, captação de novos acionistas, fornecimento de recurso através dos próprios acionistas e sócios.

A estrutura de capital vem sendo, há anos, um dos temas mais discutidos dentro do meio acadêmico na área das finanças, principalmente a partir do lançamento do trabalho de Franco Modigliani e Merton H. Miller, e o principal desta discussão foi identificar se a estrutura de capital da empresa irá alterar seu valor de mercado ou não (BRITO et al, 2007).

Devido a essa busca em descobrir se há ou não este acréscimo, surge em paralelo duas correntes em torno: a que defendia que existe uma estrutura ótima de capital e esta influencia no valor de mercado da empresa, conhecida como teoria tradicional, com Durand (1952); e a outra, conhecida como teoria convencional defendida por Modigliani & Miller (1958) afirma que não existe uma estrutura ótima de capital levando em consideração a independência pela qual esta empresa é financiada, o que não alteraria seu valor de mercado (FREGONESI et al, 2007) (BRITO et al, 2007)

Discorrer-se-á de forma mais detalhada sobre as duas teorias da estrutura de capital citadas para maior entendimento e compreensão.

2.2.2 Teoria Tradicional

Na visão de Brito et al (2007) a teoria tradicional sugere que a estrutura de capital da empresa influencia em seu valor de mercado. Para os adeptos a esta corrente, o custo de capital de terceiros ficará estável até certo nível de endividamento, e partir deste nível determinado, aumenta devido ao crescente risco de falência. Já que o custo de capital de terceiros é menor que o custo de capital próprio, a organização deveria se endividar até o momento em que o custo de capital total atingisse um nível considerado mínimo, e seria este o ponto a considerar a estrutura ótima de capital, na qual elevaria o valor da organização.

Durand (1952 apud Fregonesi et al, 2008) pensava, conforme seus estudos e levantamentos, que a estrutura de capital afetava no valor da empresa. Ainda conforme Durand (1952), empresa deve manter o custo de capital em padrões mínimos, levado em conta que o custo de capital de terceiros permanece estável até certo ponto de endividamento, e depois, pode gerar um aumento no risco, chegando ao ponto em que o custo de capital de terceiros ficará menor que o custo de capital próprio. Leva-se a crer que o ponto ótimo da estrutura de capital seria o custo mínimo de capital na organização, assim, maximizando seu valor de mercado (FREGONESI, et al, 2008).

Naquele tempo, não se comentava como se fala hoje em se criar valor para acionista, mas os olhares tradicionalistas já conseguiam vislumbrar este cenário, com base na estrutura de capital. Era bem ponderado que, riscos maiores exigiam custos de capital maiores e que busca por custos de capital menores, era a melhor saída para a diminuição destes mesmos custos (FAMÁ; GRAVA, 2000).

Uma questão a ser sempre levantada ao se estudar a estrutura de capital é se realmente há uma estrutura ótima de capital por ter algumas variáveis que podem e devem ser analisada como alíquota de imposto de renda marginal, variabilidade nos fluxos de caixa operacionais, dificuldade dos portadores de títulos em monitorar decisões, investimento e desempenho da empresa, entre outros (HUPPES, et al, 2007).

Com o auxílio dos pensadores de todo o período chamado visão tradicional da estrutura de capital, outros estudiosos passaram a perceber que os modelos de financiamento gerariam situações desfavoráveis ao mercado financeiro e afetaria de forma direta o crescimento do empreendimento, da economia e de investimentos no setor (ZONENSCHAIN, 1998).

Com o intuito de ressaltar o entendimento de Zonenschain (1998), em relação à maneira de se trabalhar a estrutura de capital de uma empresa, assim explana conforme a visão tradicional:

[...] as empresas procurarão sempre uma estrutura de capital “ótima”, que minimize ao mesmo tempo os seus custos e riscos. Quanto maiores as vantagens de custo associadas ao nível corrente das taxas de juros e dos impostos, maior a tendência ao uso de endividamento, ocorrendo o inverso quanto maior o risco de falência. O resultado será uma relação endividamento/emissão ótima para a firma.

Mesmo com alguns problemas expostos anteriormente para o reconhecimento da estrutura ótima de capital, essa teoria acredita que o nível de endividamento das organizações é alcançado pela junção de duas situações que agem como o pólo norte e pólo sul de um ímã: o norte demonstrando que as economias fiscais dão subsídios a usufruir do financiamento, e do sul, os esperados custos de falência dando ênfase se a empresa passar por alguma dificuldade financeira, surgindo assim, o não cumprimento da obrigação criada pela alta no índice de endividamento (HUPPES et al, 2007).

Seguindo o raciocínio dos autores citados, a visão de estrutura ótima é alcançada quando o custo de capital é reduzido por meio dos benefícios concedidos pelos financiamentos, antes mesmo de existirem os custos. No momento em que houver a minimização do custo de capital em sua totalidade com o foco de financiar suas atividades, haverá a maximização do valor da empresa (HUPPES, et al, 2007).

Sob a visão da teoria tradicional trabalhada por Huppess et al (2007), as empresas devem procurar uma estrutura ótima de capital, equilibrando sempre as vantagens como os problemas de fluxo de caixa livre e dedutibilidade fiscal das despesas financeiras; e desvantagens como custos crescentes de agência e de risco de falência.

Reforçando esta idéia de ressaltar as desvantagens, trazendo eles como problemas, Zonenschain (1998) evidencia que o reconhecimento da estrutura de capital ótima ou ideal é firmado pela idéia do reconhecimento de alguns problemas do agente principal, assimetria de informação, custos de agenciamento, entre outros. Ainda Stiglitz (1989 apud Zonenschain 1998) diz que o autor faz algumas considerações sobre a falha nos mercados de capitais e comenta que, nos países considerados menos desenvolvidos, estes impactos têm maior probabilidade de acontecerem que nos mais avançados.

2.2.3 Teoria Convencional

A teoria dos precursores do estudo sobre estrutura de capital, Modigliani e Miller (1958), é a mais utilizada e referenciada quando se trata o mercado de finanças. Segundo eles, a organização vale aquilo que são demonstrados pelos seus fluxos de caixa, somados a um certo nível de risco, considerando também que a maneira pela qual esta empresa será financiada, não altera o seu valor de mercado, passando a idéia de que não tem uma estrutura de capital ótima ou ideal (FREGONESI; et al, 2008).

Conforme Modigliani e Miller (1958) apud Zonenschain, (1998, p. 03) define:

A idéia de que o padrão de financiamento das empresas não afeta de forma alguma o nível de investimento e a taxa de crescimento econômico tem em Modigliani e Miller seus principais defensores. Segundo o teorema da irrelevância, todo projeto viável do ponto de vista econômico seria também viável do ponto de vista financeiro (MODIGLIANI & MILLER, 1958)

Kayo (2002) relata que Franco Modigliani e Merton H. Miller afirmam que não existe uma estrutura de capital ótima e que o valor da empresa depende de uma boa decisão no momento de executarem os investimentos planejados.

Segundo ZONENSCHAIN (1998) a teoria de Modigliani e Miller ressalta que algumas variantes de cunho direto preconizariam o crescimento e a tomada de decisão para com os investimentos dentro das organizações, enquanto o financiamento serviria como agente facilitador da efetivação de um investimento, desta maneira, agindo como variante indireta.

Além de dívidas e patrimônio líquido, existem os financiamentos que se destacam por possuírem características de ambos. Esta condição é exemplificada pela emissão de um título que possui direitos residuais de fluxo de caixa, bem como, está vinculado a um contrato pré - fixando de pagamentos de juros (HUPPES; CORBARI; CHEROBIM, 2007, P. 02)

Baseado em Brealey e Myers (1992, p. 397) apud Huppess, Corbari e Cherobim (2007) descrevem a estrutura de capital como a combinação de diferentes títulos da empresa. Tudo

isso tem um custo de captação que pode ser juros descritos em contratos (forma explícita) ou com rendimentos provisionados por acionistas (forma implícita).

Dada vista para mais uma nova situação em 1958, levantada por Modigliani e Miller, com base nos estudos iniciais de Markowitz, o qual trata que essas empresas os relacionam por meio dos seus ativos, fora os financiamentos dos investidores. Surge durante este período, a idéia de que uma empresa tem por base um determinado grupo de ativos, futuramente os transformando em receita e esta operação tem seus riscos, o chamado custo de capital e não são amarrados ao capital de terceiros. Este pensamento mostra que independente da maneira na qual foi adquirido o produto, os seus consumidores não irão deixar de comprar. A idéia também é válida em relação aos resultados financeiros, pois outros grupos e subgrupos se apresentarão inertes devido ao financiamento obtido (FAMÁ; GRAVA, 2000).

Foi, de forma notória, o crescimento do estudo da estrutura de capital após o lançamento do artigo Modigliani e Miller (1958). A partir deles, muitos outros se sentiram desafiados a encontrar as causas que explicam a maneira que as empresas se endividam, criando assim, a teoria moderna da estrutura de capital (BRITO, et al, 2007).

Agregando a idéia de Brito et al (2007), M&M foram os criadores da teoria moderna da estrutura de capital e, ainda por intermédio deles, novas fontes de estudo surgiram como a criação de valor, relevância das decisões de endividamento, custo de capital, entre outros. Estas novas fontes ainda repercutem de forma acentuada nos meios acadêmicos e científicos devido não terem sido derrubadas.

Em se tratando de estrutura de capital no Brasil, o mercado demonstra certa ineficiência, que resulta em dificultar a tomada de decisão de investimentos das empresas. Este impedimento se dá por um reservado mercado de capitais e a dificuldade das organizações que financiam estas empresas; junto com estes fatores, aliam-se umas das maiores taxas de juros do mundo, jogando o custo de endividamento elevado e forçando as empresas brasileiras a apresentarem pequeno nível de endividamento (BRITO, et al, 2007).

Os estudos das teorias da estrutura de capital foram realizados em paralelo a diversas outras pesquisas com a finalidade de demonstrar as vertentes que determinam a estrutura de capital das empresas. Muita dessas discussões e estudos em relação a essas vertentes tem se feito ao redor do globo e destacam-se Ferri e Jones (1979), Bradley, Titman e Wessels (1988), Klock e Thies (1992) e Rajan e Zingales (1995). No Brasil destaca-se Kayo (1997), Martelanc (1998), Moreira e Puga (2000), Pereira (2000), Perobelli e Famá (2002) e Schmitt (2004) (BRITO, et al, 2007).

3. METODOLOGIA

Para Gil (2002), a pesquisa realizada é de caráter descritivo e exploratório. Para o referido autor, a pesquisa exploratória tem por finalidade inteirar as pessoas do assunto abordado, auxiliando fazer com que o tema proposto se torne evidente ou contribuir com sugestões.

Ainda para Gil (2002), a pesquisa descritiva tem por característica descrever um determinado acontecimento ou população, ou então, estabelecer relações dentre algumas variáveis existentes.

Realizou-se um estudo de caso, com dados quantitativos. Para Marques, et al (2006) a análise de dados com abordagem qualitativa se dá quando existe a necessidade de se dar um foco mais social, uma visão mais panorâmica.

Desta maneira, este trabalho teve uma abordagem descritiva e exploratória, por meio de um estudo de caso, se utilizando de dados quantitativos, extraídos do *site* da Economática para analisar os dados expressos nos demonstrativos de resultados, baseados em quatro empresas do segmento de serviços financeiros diversos listadas na BM&FBovespa: BM&FBovespa S.A, Cetip S.A, Cielo S.A e Redecard S.A, que já tem suas Demonstrações Contábeis se utilizando das Normas Internacionais de Contabilidade ou IFRS.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a apresentação da parte contextual no referencial teórico e descrição dos métodos de trabalho, desenvolveu-se a análise de dados. Estes dados foram extraídos da base de dados da Economática de empresas do Novo Mercado do segmento de Serviços Financeiros Diversos e de Gestão de Recursos e Investimentos.

Nesta parte foram analisadas as contas que compõem a estrutura de capital, ou seja, o Passivo e o Patrimônio Líquido, e para dar um melhor suporte, foi feito a leitura das notas explicativas, encontradas no *site* da BM&F Bovespa, demonstrações que foram elaboradas até 2007 baseadas na Lei nº 6.404/76 e a partir de 2007 com a Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09.

4.1 BM&FBOVESPA S.A

Seguem-se as análises realizadas na empresa BM&FBovespa S.A, nos períodos de 2008 a 2010, ano de transição das Normas Brasileiras de Contabilidade para as Normas Internacionais de Contabilidade.

Segue abaixo a figura 1 da evolução do Passivo Não Circulante após o período da vigência da Lei nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

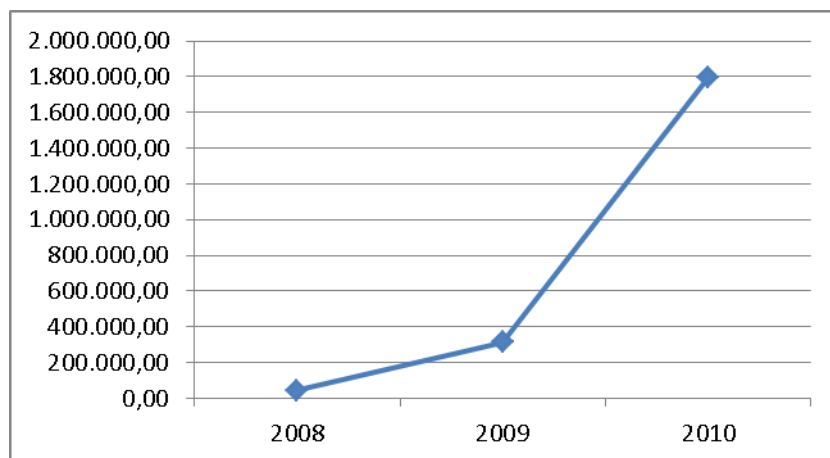


Figura 1: Evolução da Conta Passivo Não Circulante em R\$ (milhares)

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da pesquisa (2011)

Nota-se através da figura 1, a evolução do Passivo Não Circulante, um dos componentes da estrutura de capital de uma empresa. A conta em evidência tem um aumento de representatividade, constatada através das Análises Horizontal e Vertical de um exercício para outro (ver figura 2 e 3). Uma das explicações deste aumento se dá por conta da subconta Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, que é referente a uma provisão sobre diferenças temporárias devido uma amortização fiscal do ágio no exercício (NOTAS EXPLICATIVAS, 2010, p.30 e 2011, p. 24).

Visualizando ainda a figura 1, inicialmente com uma análise de crescimento da conta, a primeira parte da análise (2008/2009), nota-se que houve uma variação acima de 500% de um exercício a outro, demonstrando assim que o mercado se recuperou e reagiu a crise financeira mundial. Para o segundo periodo da análise, constatae-se uma variação acima dos 400%, devido os diversos investimentos com prazos estendidos de pagamento (NOTAS EXPLICATIVAS, 2010 2011, p. 24).

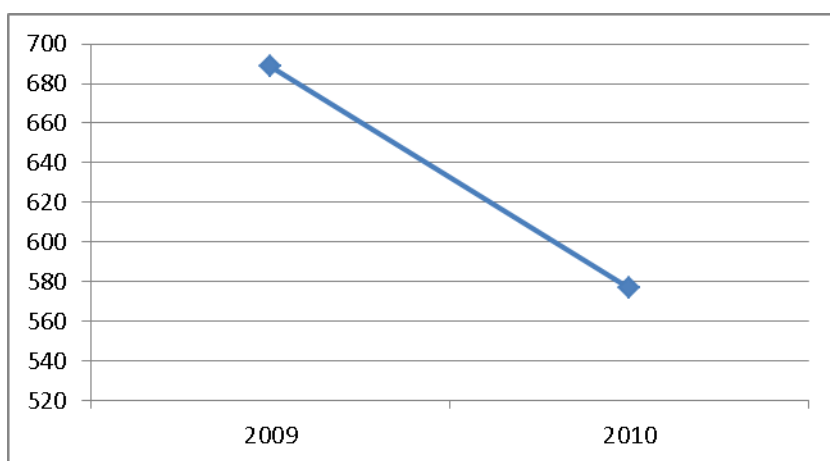


Figura 2: Análise Horizontal do Passivo Não Circulante em %

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da pesquisa (2011)

Conforme figura 2, vê-se que mesmo com o aumento do montante demonstrado anteriormente, a figura 2 demonstra queda. Neste caso, o ponto 1 (2008/2009) tem aumento maior do que o ponto 2 (2009/2010), já constatada pela figura 1.

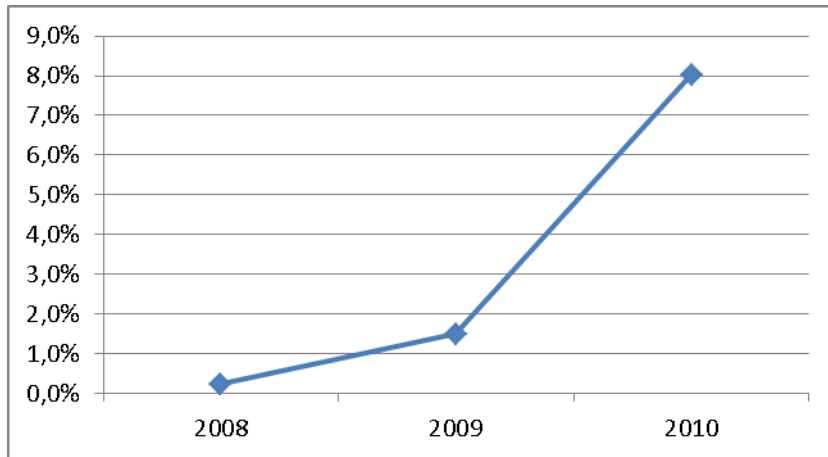


Figura 3: Análise Vertical do Passivo Não Circulante

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da pesquisa (2011)

Na figura 3, que trata da Análise Vertical, se constata que o índice se eleva, principalmente nos exercícios de 2009 e 2010 da análise. Neste período, nota-se que certas subcontas que foram reclassificadas sofreram elevações, como é o caso de Financiamentos e Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos e surgiram a partir das leis 11.638/07 e 11.941/09.

Passa-se a se ter uma visão mais detalhada, trabalhando de forma mais focada as contas e subcontas que foram alteradas com as Leis nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09.

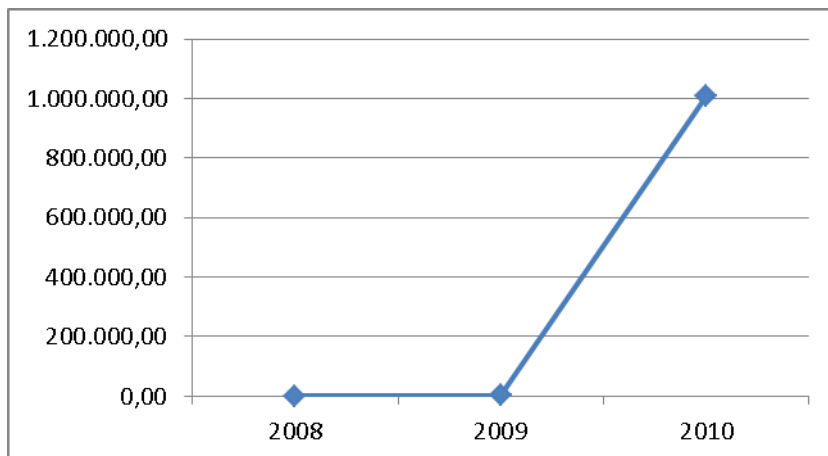


Figura 4: Evolução da subconta Financiamento Longo Prazo em R\$ (milhares)

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da pesquisa (2011)

No período 2 (2009) a BM&FBovespa tem um saldo referente a um arrendamento com finalidade de investimento em tecnologia (NOTAS EXPLICATIVAS, 2009, p.46), e já no período 3 (2010) a inclinação da curva mostra a grande alta desta subconta que merece atenção, devido ao lançamento no mercado, as suas ações para captação de recursos, e o seu

saldo até o fechamento do período atualizado porque a venda foi efetuada em moeda corrente americana, assim, sofrendo alteração conforme a cotação (NOTAS EXPLICATIVAS, 2010, p.43).

Sem haver a necessidade ilustrativa para expressar esta visão, fica claro que a subconta Impostos Diferidos, que representa um pouco mais de 3% do Passivo e PL, e ainda, um pouco mais de 40% do Passivo Não Circulante, tem esse destaque que pelo reconhecimento de diferenças que irá ser incluída em algum cálculo tributável futuro, provavelmente pelo ágio da venda de ações (NOTAS EXPLICATIVAS, 2010, p.24).

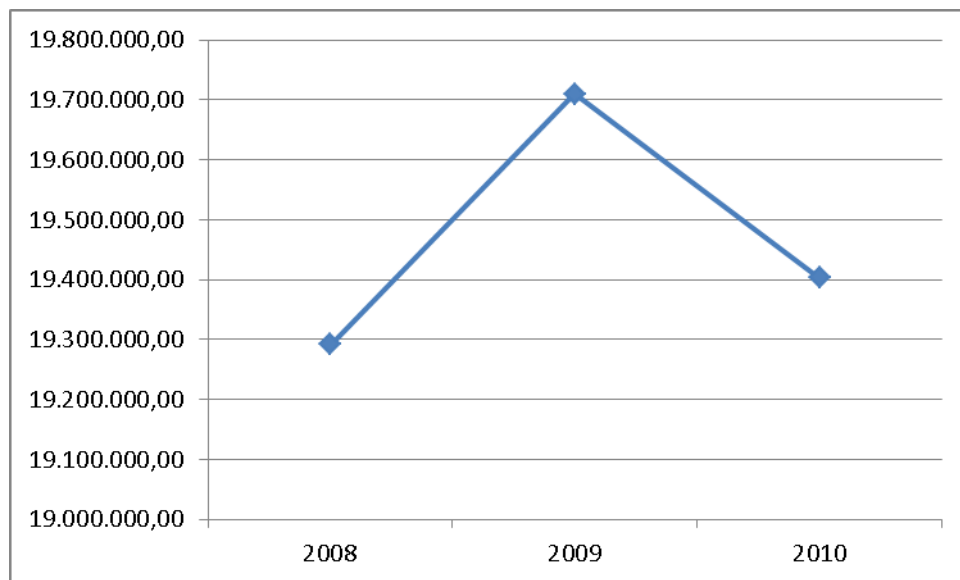


Figura 5: Evolução da conta Patrimônio Líquido em R\$ (milhares)

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da pesquisa (2011)

Ao analisar o patrimônio líquido da empresa e pela variação da curva demonstra que com a aplicabilidade da Lei 11.941/09, verifica-se que ela decline devido à adequação as novas regras, principalmente pela subconta ações em tesouraria.

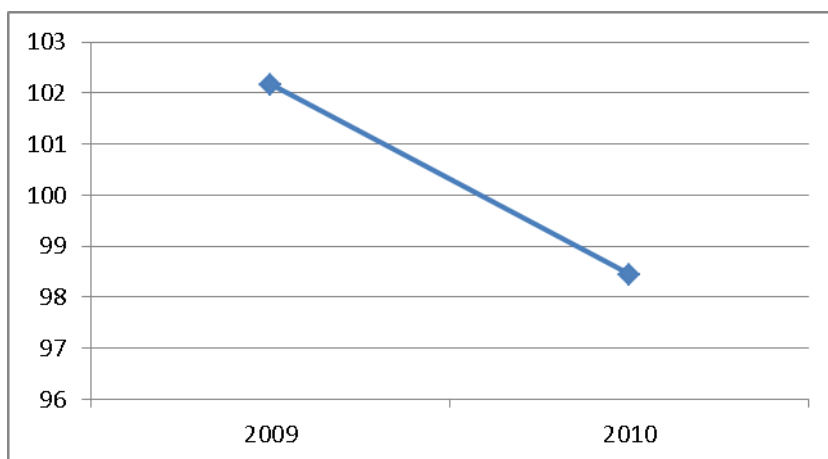


Figura 6: Análise Horizontal do Patrimônio Líquido em %
Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da pesquisa (2011)

Na figura 6 detecta-se uma redução no índice de análise horizontal do exercício 2008/2009 em relação ao exercício 2009/2010, nota-se que mesmo com o aumento dos números expressos nos seus demonstrativos, algumas áreas sofreram queda em conformidade com a adequação às novas NIC por meio da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09.

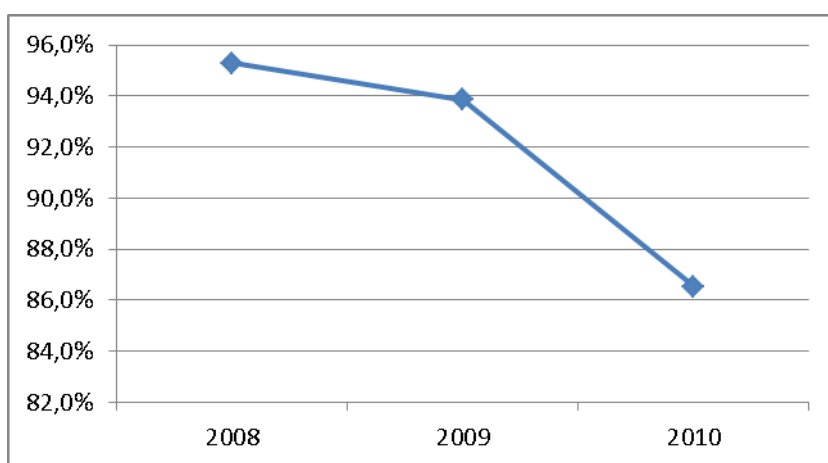


Figura 7: Análise Vertical do Patrimônio Líquido
Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da pesquisa (2011)

Por meio da análise vertical da subconta Patrimônio Líquido, vê-se uma diminuição na reta. Existe uma redução de maneira mais contida no exercício que compreende 2008 para 2009, mas no exercício de 2009 para 2010 observa-se uma queda de forma bem acentuada, que nos chama a devida atenção, reflexo da adequação da empresa às NIC pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09.

Ainda analisando a figura 7, constata-se pelos dados extraídos dos demonstrativos de resultado que essa grande variação se dá após a sanção da Lei nº 11.941/09 que estabelece os

ajustes referentes à Lei 11.638/07. Ainda leva-se em consideração o Programa de Recompra de Ações, nas quais estas aquisições relacionadas a essa operação foram deixadas em tesouraria para atender a critérios decididos neste plano de recompra, sendo que, esta subconta ações em tesouraria teve um aumento mais que dobrado em suas expressões no decorrer do tempo, sendo esta conta, uma conta redutora da subconta Ágio na Emissão de Ações. (NOTAS EXPLICATIVAS, 2010, p.50)

4.2. CETIP S.A

Adiante será analisada a empresa CETIP S.A, nos períodos que compreendem de 2008 a 2010, período o qual houve a transição das Normas Brasileiras de Contabilidade para as Normas Internacionais de Contabilidade.



Figura 8: Evolução da Conta Passivo Não Circulante em R\$ (milhares)

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da pesquisa (2011)

Em primeiro momento vê-se a evolução da conta em seu segundo momento que compreende o período 2009 para 2010, a conta tem este crescimento impulsionado pela subcontas Empréstimos e Financiamentos em Moeda Nacional e Debêntures, que representam certa de 26% e 68% do Passivo Não Circulante da empresa no período de 2010, respectivamente (NOTAS EXPLICATIVAS, 2010, p. 7).

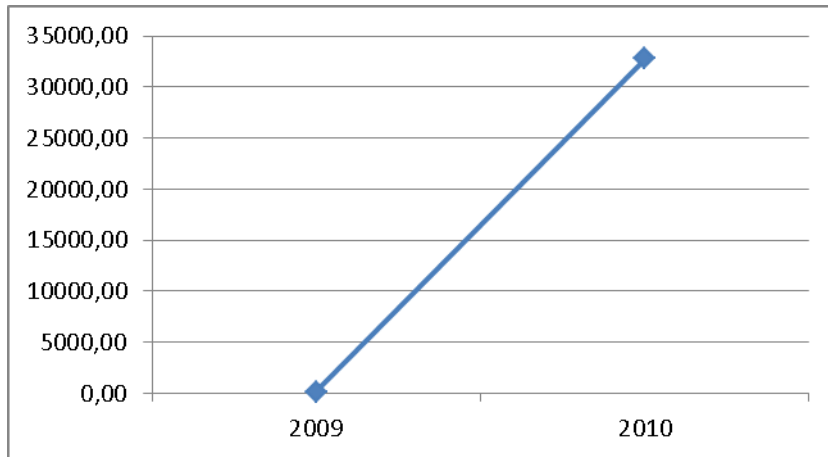


Figura 9 – Análise Horizontal do Passivo Não Circulante em %
 Fonte:Elaborado pelo autor, com dados da pesquisa (2011)

A empresa tem uma elevação do índice, pois emitiu títulos no mercado através das debêntures, alternativa encontrada pela empresa para angariar mais fundos com intuito de adquirir a empresa GRV Solutions, sendo que, quase metade desta aquisição foi feita através desta forma de financiamento (NOTAS EXPLICATIVAS, 2010, p.36).

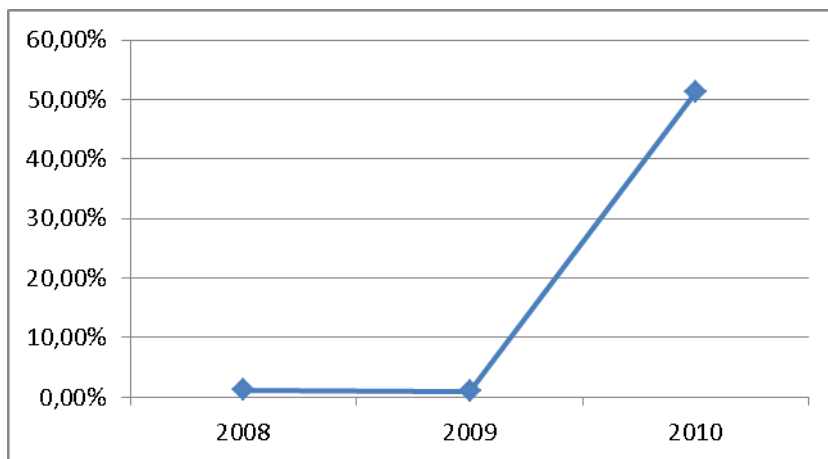


Figura 10: Análise Vertical do Passivo Não Circulante
 Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da pesquisa (2011)

Com esta análise verifica-se que do primeiro para o segundo ano, a empresa tem uma modesta queda, sem fazer muitos investimentos ou investimentos significativos, mas o terceiro período foi que demonstrou o maior aumento devido ao financiamento através da emissão de debêntures em parte da negociação da compra da GRV Solution e financiamento através de moeda nacional (NOTAS EXPLICATIVAS, 2010, p.36).

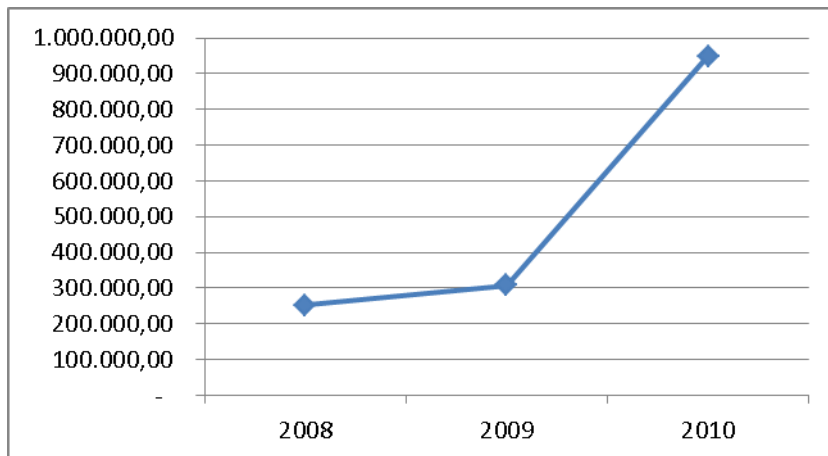


Figura 11: Evolução da Conta Patrimônio Líquido em R\$ (milhares)

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da pesquisa (2011)

Na figura 11, pode-se perceber que a empresa aumentou em mais de 300 % o seu Patrimônio Líquido de 2009 para 2010, impulsionado, principalmente pelo aumento significativo da subconta Reserva de Capital e Reserva de Lucros, estas que obtiveram um aumento mais relevante de um exercício para outro.

Percebe-se também um aumento no número de ações ordinárias da empresa, de R\$ 223.498.160 em 2009 para R\$ 249.775.847 em 2010. Sendo que a empresa está autorizada a aumentar o seu capital social até alcançar R\$ 300.000.000 de ações ordinárias, sem a necessidade de fazer uma reforma estatutária (NOTAS EXPLICATIVAS, 2010, p.46 e 47).

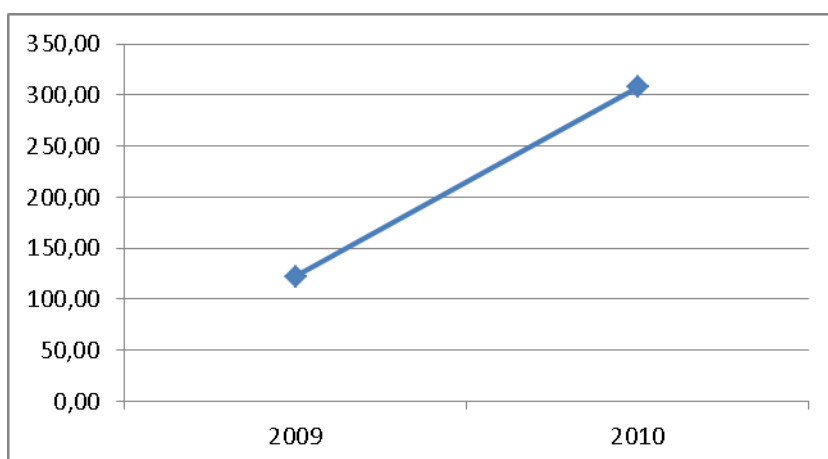


Figura 12: Análise Horizontal da conta Patrimônio Líquido em %

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da pesquisa (2011)

Baseado na análise horizontal viu-se que a subconta Patrimônio Líquido cresceu durante os anos levantados. A destaca-se a Reserva de Capital e Reserva de Lucros, contas essas que aumentaram após a vigência das leis que adequam as NBC às NIC.

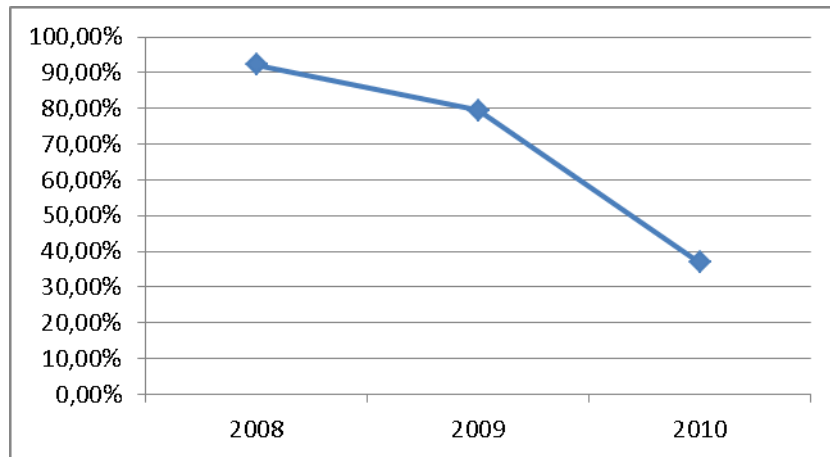


Figura 13: Análise Vertical da conta Patrimônio Líquido

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da pesquisa (2011)

Mesmo com o aumento nos valores encontrado no balanço patrimonial, por meio da análise vertical verifica-se uma diminuição do índice durante os anos analisados por ter se elevado o valor do grupo dentro do demonstrativo e a subconta não ter acompanhado o ritmo do aumento do valor do grupo.

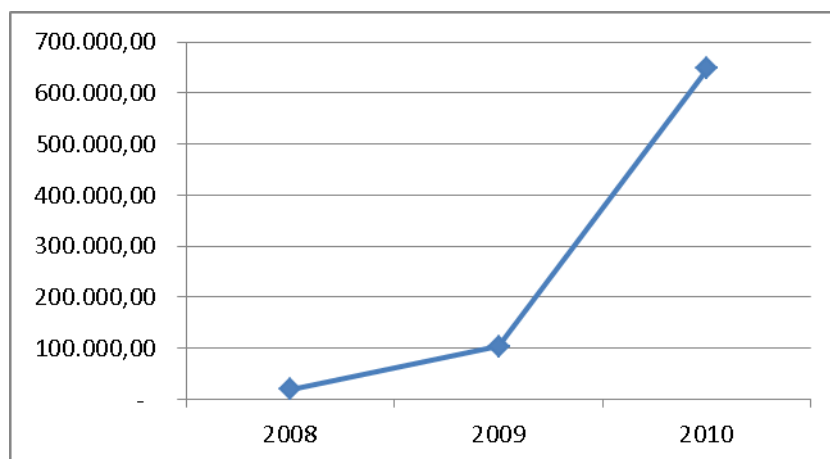


Figura 14: Evolução da subconta Reserva de Capital em R\$ (milhares)

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da pesquisa (2011)

Como foi explanado anteriormente sobre a curva da subconta Reserva de Capital, a mesma se dá pelo resultado da emissão de ações em favor dos antigos acionistas da GRV, estas que foram emitidas nos conformes dos termos da instrução CVM nº 476/09, que são debentures simples, que não podem ser convertidas em ações, em duas séries, e os valores advindos desta operação foram direcionados para pagamento da compra GRV *Solutions*.

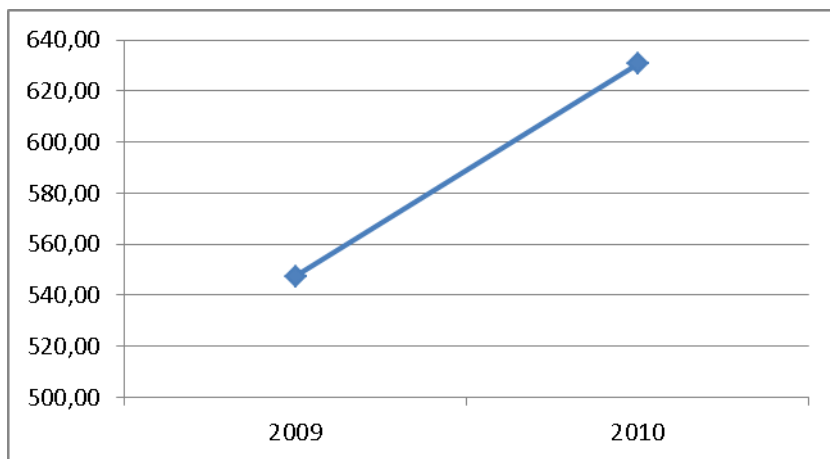


Figura 15: Análise Horizontal da subconta Reserva de Capital em %

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da pesquisa (2011)

Acompanhando a tendência, a linha da análise horizontal nos mostra que o índice cresce conforme os anos analisados, sempre impulsionada pelo alto investimento ocorrido em dezembro de 2010.

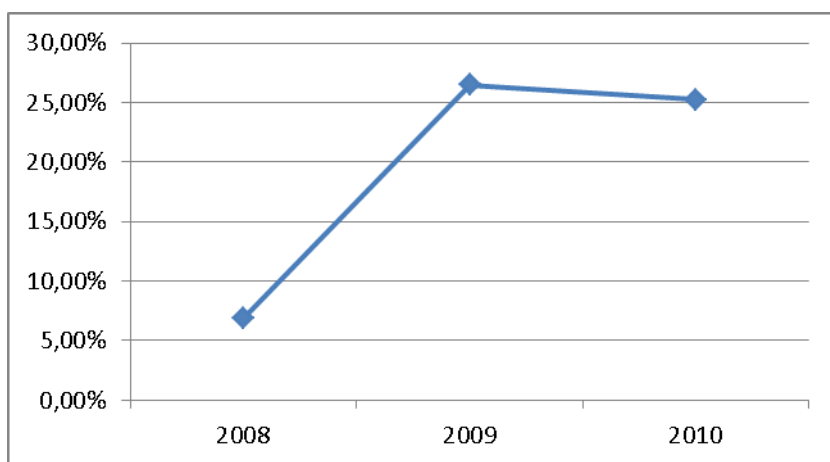


Figura 16: Análise Vertical da subconta Reserva de Capital

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da pesquisa (2011)

A empresa demonstra, pelos índices encontrados, que do ano de 2008 para 2009, teve um grande crescimento da conta apurada. Havendo também um crescimento no passivo. Já de 2009 para 2010 teve uma pequena redução no índice, sendo totalmente explicável, pois mesmo tendo crescido em número, essas proporções não refletiram nas subcontas quando vistas através da análise vertical.

4.3. CIELO S.A

A partir daqui, serão analisadas as contas que compõem a estrutura de capital da empresa Cielo S.A do período de 2006 a 2010.

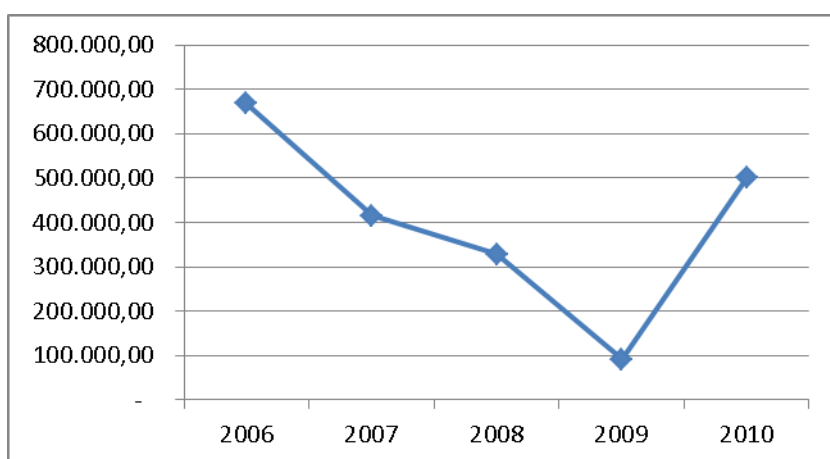


Figura 17: Evolução da conta Passivo Não Circulante em R\$ (milhares)

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da pesquisa (2011)

Pode-se notar que a empresa vem trabalhando o seu passivo a longo prazo, certamente cuidando para reduzir ao máximo e honrar seus compromissos a longo prazo. No quarto exercício analisado, em 2009, a empresa atinge seu menor patamar em cinco anos. Em 2010, retorna a subir seus números mediante fato de aumentarem suas provisões para contingentes, que são eventuais e/ ou prováveis processos judiciais cíveis, trabalhistas, tributários, entre outros; tramitando ou que possa vir tramitar no judiciário.

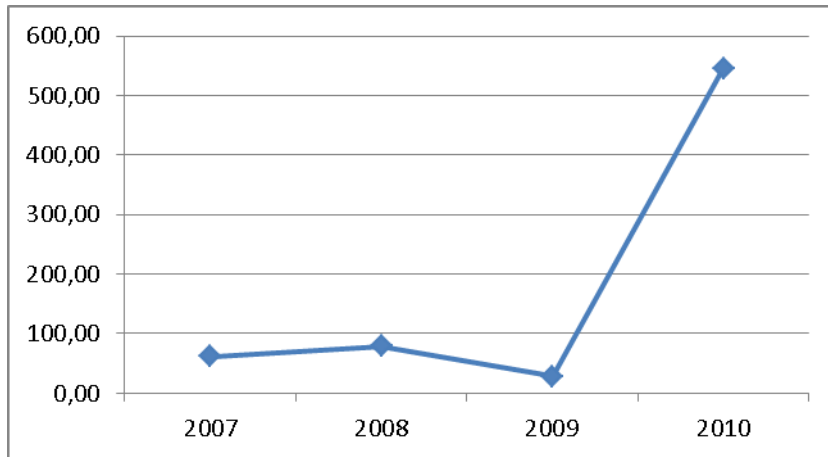


Figura 18: Análise Horizontal da subconta Passivo Não Circulante em %
Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da pesquisa (2011)

Os índices extraídos se demonstraram equilibrados nos primeiros três períodos que compreende 2007 a 2009, porém no quarto e último período analisado, ou seja, em 2010, fica evidente o crescimento acentuado da reta por provisão para contingentes e s subconta Outras Obrigações, mais precisamente nas Provisões para retenção de executivos. (NOTAS EXPLICATIVAS, 2010, p.118)

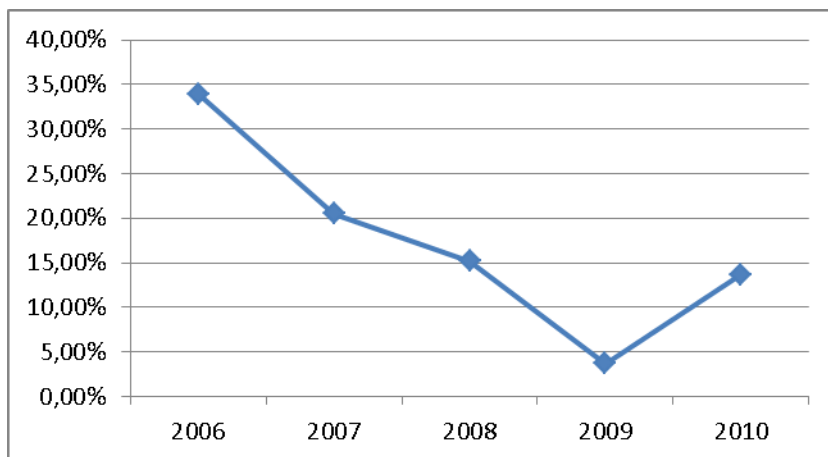


Figura 19: Análise Vertical da subconta Passivo Não Circulante
Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da pesquisa (2011)

Haja vista que a redução do índice aplicado, constata – se um dos fatores para a baixa do índice é o aumento periódico das expressões do Ativo e do Passivo, desta maneira, faz com que a porcentagem encontrada reduza dentro de um campo de amostragem.

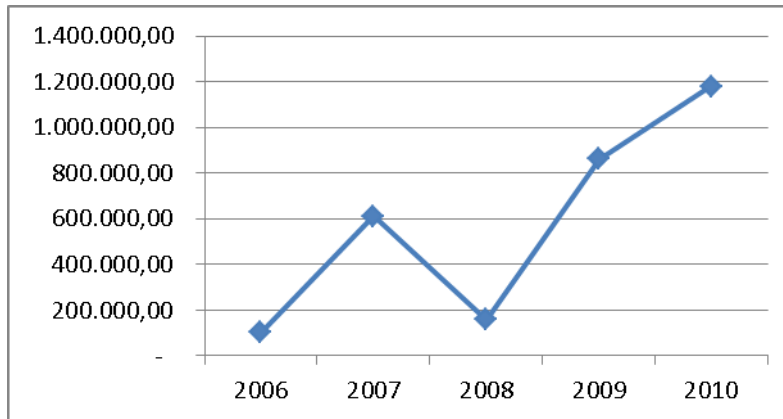


Figura 20: Evolução da conta Patrimônio Líquido em R\$ (milhares)

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da pesquisa (2011)

Percebe-se um aumento acima de 500% do ano de 2006 para 2007 no Patrimônio Líquido devido aos Lucros Acumulados que foram lançados na referida conta. Já no ano seguinte, cito 2008, foi percebida uma redução na conta na mesma proporção do que no período anterior. Agora, com o crescimento na mesma proporção do que o primeiro período analisado, no ano de 2009 a empresa tem uma elevação na demonstração do seu Patrimônio Líquido, sendo destaque a subconta Reserva de Lucros, finalizando no último período, mais um aumento nas contas do Patrimônio Líquido a citar: a subconta Reservas de Lucros teve um aumento acima de 30% referente ao período anterior, a subconta Capital Social aumentou na mesma proporção em relação período de 2009, e por fim, a subconta Reserva de Capital que cresceu acima de 500% de 2009 para 2010.

4.4 REDECARD S.A

De agora em diante, começar-se-á a fazer a análise da empresa Redecard S.A.

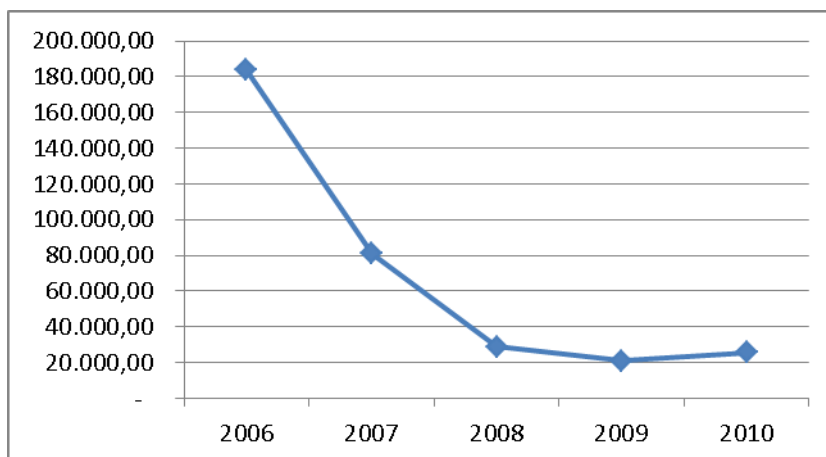


Figura 21: Evolução da conta Passivo Não Circulante em R\$ (milhares)

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da pesquisa (2011)

Com base nos expostos nas notas explicativas divulgadas e nos balanços patrimoniais, que a conta Passivo Não Circulante é composta somente, ou em sua grande maioria, pela subconta Provisões para Contingências que é a provisão de possíveis e prováveis gastos. Esta provisão está relacionada à ações judiciais na área cível, trabalhista, tributário, entre outros. Estima-se que, com o retrocesso da curva, a empresa possa estar estudando e trabalhando maneiras para esta redução.

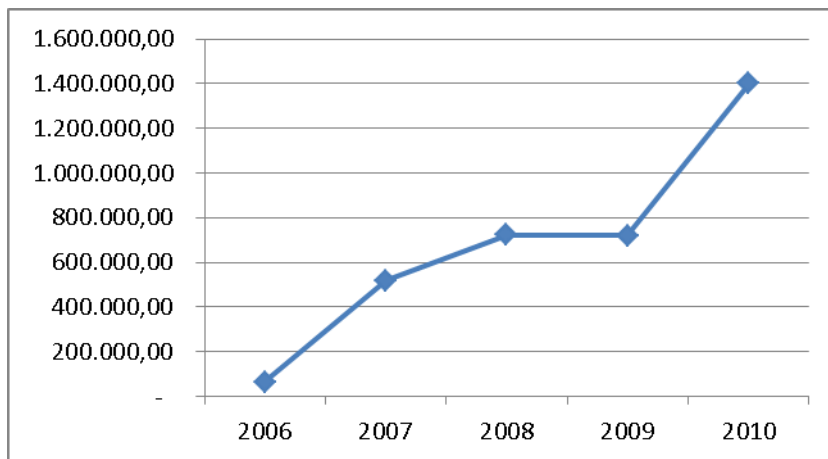


Figura 22: Evolução da conta Patrimônio Líquido em R\$ (milhares)

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da pesquisa (2011)

A empresa nos mostra através de seus demonstrativos financeiros que sempre houve um crescimento do seu Patrimônio Líquido durante os exercícios comparados, deixando em destaque os períodos de 2006 para 2007 e de 2009 para 2010, onde houve uma elevação, conforme a figura 23. Nestes períodos há um aumento do Capital Social e Reservas de Lucros.

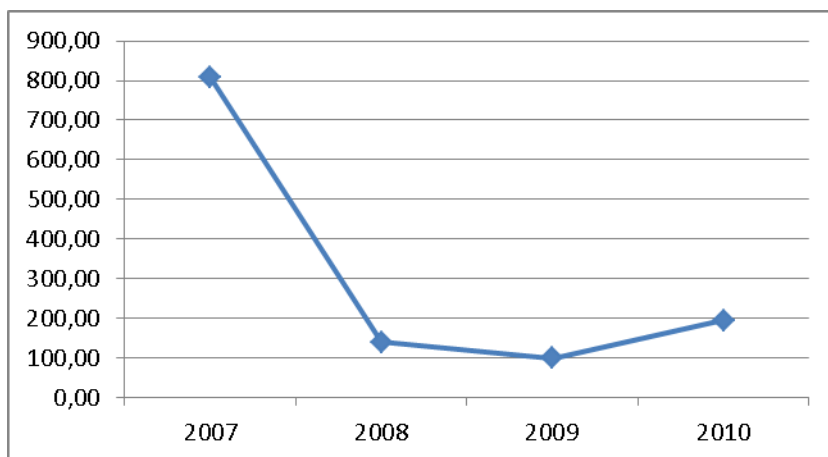


Figura 23: Análise Horizontal da conta Patrimônio Líquido em %

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da pesquisa (2011)

O alto índice em 2007 se dá pelo lançamento de ações no mercado pela empresa, fazendo com que a sua conta Capital Social saltasse de R\$ 53 milhões para R\$ 473 milhões. Em 2008, com a deliberação da diretoria em que se aumentou a subconta Reserva Legal da empresa para 5% do seu lucro obtido no referente exercício, elevando o saldo de R\$ 45 milhões para R\$ 248 milhões. No ano de 2009 reduz a curva, pois começam a entrar em vigor a nova lei das S.A, cito Lei nº 11.638/07 e MP 449/08, convertida posteriormente na Lei nº 11.941/09. No último período (2010), verificou primeiramente que a empresa aumentou seu Capital Social através da capitalização do saldo da subconta Reserva Legal, porém é renovado com um aporte de R\$ 69 milhões, em um segundo momento. Logo após, a conta Reserva de Lucros tem um aumento elevado devido ao Conselho Administrativo da empresa analisada aprovar o pagamento de dividendos na quantia de R\$ 612,8 milhões.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do estudo é identificar as alterações provocadas pelas NIC que influenciaram a estrutura de capital das empresas do Novo Mercado do segmento de Serviços Financeiros Diversos listados na BM&FBovespa. Nas empresas analisadas, foi verificado que todas procuraram se antecipar as novas leis para atender de forma mais eficiente e eficaz o mercado global.

As novas leis colaboraram no que diz respeito à adequação dos demonstrativos de resultado das empresas listadas no Novo Mercado, que pensam sempre em expandir seus negócios, comercializando suas ações na bolsa de valores.

Algumas das empresas analisadas já trabalhavam os seus demonstrativos baseadas na IFRS, para melhor servir de informações os investidores externos, haja vista que, as maiores economias globais já adotaram as Normas Internacionais de Contabilidade.

Notou-se que mesmo com a adoção das IFRS, a maneira na qual se trabalha a estrutura de capital das empresas, superficialmente, não foi alterado, mas atentos que algumas contas e subcontas foram reclassificadas, como os Lucros Acumulados do Patrimônio Líquido. Nota-se também que empréstimos e financiamentos do Passivo Não Circulante evoluíram bastante devido a emissão de títulos como ações, debêntures, estes que tem duração de longo prazo.

Como o tema proposto é recente e existem poucos trabalhos divulgados e publicados nessa área, recomenda-se realizar mais estudos relacionados nesta área, que certamente colaborarão para o crescimento e sua disseminação junto ao meio acadêmico e científico.

O foco deste trabalho demanda muito mais fontes, investimentos, tempo e dados complementares para uma melhor e mais confiável análise. A continuação deste estudo se faz necessário para que outros índices possam ser aplicados e termos mais conhecimentos e abrangência sobre o tema proposto.

REFERÊNCIAS

AMENÁBAR, Ana Maria Hinojosa. **Harmonização contábil em cinco países da América do Sul**. São Paulo, SP, 2001. 415f. Dissertação (mestrado em Ciências Contábeis) Universidade de São Paulo, USP. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-06062002-112701. Acesso em: 08 set. 2011.

ANTUNES, Jeronimo; ANTUNES Guilherme Marinovic Brscan; PENTEADO Isis Malusá. A convergência contábil brasileira e a adoção das normas internacionais de contabilidade: o IFRS-1. In: SEMINÁRIOS DE ADMINISTRAÇÃO, 10., 2007, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2007 Disponível em: http://www.ead.fea.usp.br/semead/10semead/sistema/resultado/an_resumo.asp?cod_trabalho=30. Acesso em: 08 set. 2011.

AUGUSTO, Maria de Fátima Pires. **As Modificações ocorridas no Balanço Patrimonial segundo a Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09**. 2009. Trabalho de conclusão de curso (Ciências Contábeis). Faculdades Sudamérica, Cataguases, 2009. Disponível em: http://www.sudamerica.edu.br/arquivos_internos/publicacoes/Maria_de_Fatima.pdf. Acesso em 14 nov. 2011

Banco Central do Brasil (BCB). Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/cvm.asp?idpai=portalbcb>. Acesso em 11 set. 2011

BEUREN, Ilse Maria; SÖTHE, Ari. A teoria da legitimidade e o custo político nas evidenciações contábeis dos governos estaduais da região sudeste do Brasil. **Revista Contabilidade e Organizações**, Ribeirão Preto, v.3, n.5, p.98-120, abril, 2009. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rco/v3n5/07.pdf>. Acesso em 09 de out. 2011.

BRASIL. Lei nº 6.404/76. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm Acesso em 21 out. 2011.

_____. Lei nº 11.638/07. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm Acesso em 21 out. 2011.

_____. Lei nº 11.941/09. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2009/Lei/L11941.htm. Acessado em: 21 out. 2011

BM&FBovespa. Banco de dados. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/a-bmfbovespa/sobre-a-bolsa/relatorio-anual/relatorio-anual.aspx?Idioma=pt-br>. Acesso em: 25 out. 2011.

BRITO, Giovani Antonio Silva; CORRAR, Luiz J.; BATISTELLA, Flávio Donizete. Fatores determinantes da estrutura de capital das maiores empresas que atuam no Brasil. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v.18, n.43, Abril 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772007000100002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 30 ago. 2011.

BRITO, Ricardo D.; LIMA, Mônica R. A escolha da estrutura de capital sob fraca garantia legal: o caso do Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v.59, n.2, junho 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71402005000200002&script=sci_arttext. Acesso em 08 out. 2011.

CARDOSO, Ricardo Lopes; SILVA, Marcelo Adriano; TENÓRIO, Fernando Guilherme; SARAIVA, Enrique Jeronimo. Regulação da contabilidade e regulação contábil: teorias e análise da Lei nº 11.638/07. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 18., Gramado/RS. **Anais eletrônicos...** Gramado/RS: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 340. CD-ROM.

CETIP S/A, **Demonstrações Financeiras**. Disponível em: <http://cetip.infoinvest.com.br/ptb/s-6-ptb.html>. Acesso em: 25 out. 2011.

Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **Apresentação**. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/conteudo.aspx?codMenu=1>. Acesso em: 30 set. 2011

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Disponível em: <http://www.cpc.org.br/palavra.htm>. Acesso em: 30 set. 2011.

Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Atribuições; Criação**. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/>. Acesso em: 08 set. 2011.

CIELO S/A. **Relatórios anuais**. Disponível em: <http://www.cielo.com.br/ri/>. Acesso em: 25 out. 2011.

FAMÁ, Rubens; GRAVA, J. William. **Teoria da estrutura de capital – as discussões persistem**. Cadernos de pesquisas em administração, São Paulo, v. 1, nº 11, 1º trim/2000.

FREGONESI, M.S.F.A; ALBANEZ. T.; ROSSETTI, N.; VALLE, M.R. **Análise da estrutura de capital das usinas brasileiras de açúcar e álcool**. 2008 *In*: Workshop do Observatório do Setor Sucroalcooleiro, 1. 2008. Ribeirão Preto - SP

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. São Paulo, Harbra, 2002.

HUPPES, C. M. ; CORBARI, E. C. ; DAL VESCO, D. G. ; FRANCISCO, R. L. . **Normas Internacionais de Contabilidade: aspectos relevantes sobre a harmonização e padronização, uma descrição de estudos sobre o tema no Brasil**. *In*: Congresso UFSC de Controladoria e Finanças, 1, 2007. Florianópolis. ANAIS, 2007.

HUPPES, C. M. ; CORBARI, E. C. ; CHEROBIM, A. P. **Fusões e Aquisições X Estrutura de Capital: reflexos na estrutura de capital após operações de aquisições realizadas no período de 1995 a 2006 pelo banco Bradesco**. *In*: Congresso UFSC de Controladoria e Finanças, 1. 2007, Florianópolis. ANAIS, 2007.

KAYO, Eduardo Kazuo. **A estrutura de capital e o risco das empresas tangível e intangível-intensivas: uma contribuição ao estudo da valorização de empresas**. 2002. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Administração. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: http://www.rausp.usp.br/busca/artigo.asp?num_artigo=1125. Acesso em: 03 out. 2011.

KPMG, CORPORATE FINANCE. **Lei 11.638/07 altera a Lei das SAs (Lei 6.404/76)**. 2008. Disponível em: http://www.kpmg.com.br/publicacoes/Lei_6404_final.pdf. Acesso em: 20 dez. 2011.

LEITE, Joubert da Silva Jernônimo. **Normas Contábeis internacionais – Uma visão para o futuro**. Cadernos da FACECA, Campinas, v.11, n.1 p.51-65, junho/2002. Disponível em: http://www.puc-campinas.edu.br/centros/cea/sites/revista/conteudo/pdf/vol11_n1_Normas_Contabeis.pdf. Acesso em: 16 ago. 2011.

LEMES, Sirlei; CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de. Comparabilidade entre o resultado em BR GAAP e U.S. GAAP: evidências das companhias brasileiras listadas nas bolsas norte-americanas. **Revista Contabilidade & Finanças**. São Paulo, v.20, n.50, p. 25-45, agosto/2009.

LIMA, Vinícius Simmer de; LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de; LIMA, Iran Siqueira; CORRAR, Luiz João; CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de. **Convergência Contábil e Custo de Capital Próprio: Evidências em um Mercado Emergente**. *In*: Encontro da ENANPAD, 34. 2010, Rio de Janeiro/RJ.

LIMA, Vinícius Simmer de; LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de; LIMA, Iran Siqueira; CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de. **Determinantes da convergência aos padrões internacionais de contabilidade no Brasil**. In: Congresso ANPCONT, 4. 2010. Natal/RN. Disponível em www.anpcont.com.br/site/docs/congressoIV/02/CUE302.pdf. Acesso em: 29 set. 2011.

MARQUES, Heitor Romero; MANFROI, José; CASTILHO, Maria Augusta de; NOAL, Mirian Lange. **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. 1.ed. Campo Grande, UCDB, 2006.

NETO, João Estevão Barbosa; DIAS, Warley de Oliveira; PINHEIRO, Laura Edith Taboada. Impacto da Convergência para as IFRS na Análise Financeira: um Estudo em Empresas Brasileiras de Capital Aberto. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v.20, n.4 out/ dez-2009.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Causas das diferenças internacionais – harmonização contábil internacional – estudo comparativo entre países**. 1. ed. – 4. Reimpr. – São Paulo : Atlas, 2007.

OLIVEIRA, Valdiney Alves; LEMES, Sirlei. Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**. São Paulo, vol.22, n.56, p. 155-173, maio/jun./jul./ago 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-70772011000200003&script=sci_arttext. Acesso em: 10 set. 2011.

_____. Comparabilidade entre o resultado em BR GAAP e US GAAP: evidências das companhias brasileiras listadas nas bolsas norte-americanas. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v.20, n.50, p. 25-45, maio/agosto 2009. Disponível em <http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/50/sirlei-luiz-pg25a45.pdf>. Acesso em: 10 set. 2011.

OLIVEIRA, A. M. S.; FARIA, A. O.; OLIVEIRA, L. M.; ALVES, P. S. L. G. **Contabilidade Internacional: gestão de riscos, governança corporativa e contabilização de derivativos**. São Paulo: Atlas, 2008.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de Contabilidade Básica: contabilidade introdutória e intermediária**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTOS, Carolina Macagnani dos; JUNIOR, Tabajara Pimenta; CICCONI, Eduardo Garbes. Determinantes da escolha da estrutura de capital das empresas brasileiras de capital aberto:

um survey. **Revista de Administração**, São Paulo, v.44, n.1, p.70-81, jan./fev./mar. 2009. Disponível em: www.rausp.usp.br/download.asp?file=v4401070.pdf

SOARES, Patrícia de Carvalho Diniz; FUNCHAL; Bruno. **O efeito da inflação sobre a estrutura de capital das empresas brasileiras: uma análise setorial**. In: Congresso Brasileiro de Contabilidade, 18. 2008, Gramado/RS. Anais eletrônicos. Gramado/RS. CFC, 2008. CD-ROM.

SOUZA, Alan Aparecido Siqueira; FILHO, Fernando Batista Coutinho. **Harmonização internacional: um estudo sobre as dificuldades de convergência das normas contábeis brasileiras em relação as normas internacionais de contabilidade (IFRS)**. In: Congresso Iniciação Científica em contabilidade, 4. 2007, São Paulo/SP. Anais eletrônicos... São Paulo/SP. USP, 2007. CD-ROM.

WEFFORT, E.F.J. **O Brasil e a harmonização contábil internacional: Influência dos sistemas jurídico e educacional, da cultura e do mercado**. São Paulo: Atlas, 2005.

ZONENSCHAIN, Claudia Nessi; **Estrutura de capital das empresas no Brasil**. Revista BNDES, São Paulo, nº.10, dez/1998. Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev1003.pdf. Acesso em: 22 set. 2011.